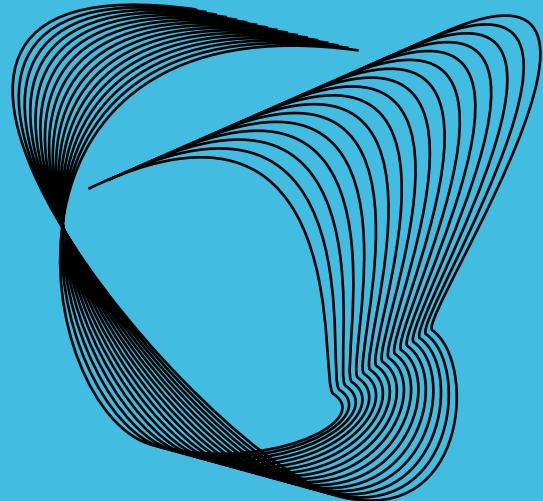




TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades
de cor ou raça e gênero no mercado de trabalho
metropolitano brasileiro

Ano V; Vol. 5; nº 2, Fevereiro, 2013

(A aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas de acordo
com a Prova Brasil 2009)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. A aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas de acordo com a Prova Brasil 2009
3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal
4. Evolução da taxa de desemprego aberto
5. Evolução do rendimento por posição na ocupação Anexo. Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

1. Apresentação

Com a presente edição, o **LAESER** chega ao segundo número do quinto ano do boletim eletrônico “Tempo em Curso”. Os indicadores desta publicação se baseiam em duas fontes principais. A primeira delas é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada em seu formato de microdados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br). A segunda fonte de dados é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), fornecido pelo Ministério do Trabalho (MTE), também divulgado em formato de microdados em seu portal (<http://portal.mte.gov.br>). Ambas as bases são tabuladas pelo **LAESER** no banco de dados “Tempo em Curso”.

A cada edição, o boletim realiza uma análise da evolução, no último ano, do rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal e da taxa de desemprego nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras cobertas pela PME. Da mais ao Sul para a mais ao Norte, estas são as seguintes: Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (BH), Salvador (BA) e Recife (PE).

Neste número, é apresentada também uma análise da evolução do rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, desagregada por posição na ocupação. Os indicadores mencionados, assim como todos aqueles contidos no anexo estatístico deste boletim, fazem referência aos meses de dezembro de 2011 a dezembro de 2012 e são decompostos pelos grupos de cor ou raça e sexo.

O tema especial deste mês é uma análise da aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas de acordo com a Prova Brasil 2009. A escolha deste tema para o “Tempo em Curso” demonstra-se particularmente relevante no momento atual, considerando que o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara) protocolou na sexta-feira, dia 15 de fevereiro, um Mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal questionando o descumprimento da Lei 10.639/2003, que visa garantir a inserção do ensino da história e da cultura afro-brasileira nos currículos da educação básica e da formação dos professores¹.

Como poderá ser visto a seguir, apesar de não ser insignificante, o número de escolas que aplicam a lei é ainda razoavelmente baixo. Apenas sete em cada dez escolas públicas do ensino fundamental estariam adotando ações voltadas ao cumprimento da lei, sejam elas de natureza sistemática ou isolada.

2. A aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas de acordo com a Prova Brasil 2009 (tabela 1)

O presente estudo aborda a aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas de todo o país. Essa Lei teve sua origem no ano de 2003, através de uma regulamentação jurídico-pedagógica anterior, a Lei 10.639/2003. A fonte de informações utilizada nesse estudo é a Prova Brasil 2009, aplicada bianualmente pelo Ministério da Educação (MEC) aos alunos das escolas públicas da quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental.

Ainda que se possa dizer que a baixa escolaridade da população afrodescendente seja parcialmente produto de suas parcias condições de vida em termos socioeconômicos, já existe um amplo arsenal de estudos, especialmente os provenientes da área da pedagogia, que são generosos ao relatar que as práticas vigentes no cotidiano escolar, igualmente marcadas pelo signo do preconceito e da discriminação racial, também contribuem para a baixa escolaridade e o fraco desempenho de estudantes afrodescendentes. Foi justamente diante de uma tentativa de reversão desse quadro, que inequivocamente contribuiu e contribui para a baixa qualidade dos indicadores educacionais de estudantes afrodescendentes, que foi aprovada inicialmente a Lei 11.645/08.

¹ Fonte: BORGES, P. Instituto cobra cumprimento de lei para educação étnico-racial no STF. IG – Último segundo. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-02-15/instituto-cobra-cumprimento-de-lei-para-educacao-etnico-racial-no-stf.html>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Tabela 1 - Conhecimento e aplicação da Lei 11.645 de 2008 nas escolas públicas brasileiras, Unidades da Federação, Grandes Regiões, Brasil, 2009

Conhecimento do conteúdo da Lei 11.645 de 2008 por parte do diretor da escola				Desenvolvimento em 2009 de atividades para atender o determinado pela Lei 11.645 de 2008 na escola			
	Sim	Não	Missing	Sim, de maneira sistemática e/ou abrangente	Sim, de maneira assistemática e/ou isolada	Não	Missing
Brasil	76,1	6,8	17,1	42,7	27,0	8,0	22,3
Federal	75,6	2,4	22,0	41,5	26,8	4,9	26,8
Estadual	81,5	3,9	14,6	48,6	28,9	4,6	17,9
Municipal	72,8	8,6	18,6	39,1	25,9	10,2	24,9
Norte	65,7	13,8	20,5	32,5	24,0	13,5	30,1
Rondônia	67,7	8,4	23,9	42,4	20,1	7,5	30,0
Acre	32,3	10,0	57,7	14,7	12,2	6,5	66,6
Amazonas	71,0	13,4	15,6	42,8	21,0	11,7	24,5
Roraima	60,9	16,0	23,1	25,6	27,6	11,5	35,3
Pará	66,5	18,0	15,5	25,3	27,8	19,2	27,7
Amapá	49,0	5,7	45,3	28,2	14,3	7,8	49,7
Tocantins	74,0	6,2	19,8	46,6	24,5	4,6	24,3
Nordeste	70,4	11,2	18,3	35,5	24,8	13,7	26,0
Maranhão	68,3	19,9	11,8	29,6	22,0	24,4	24,0
Piauí	51,8	18,0	30,2	18,9	21,2	18,0	41,9
Ceará	90,0	6,6	3,4	55,8	26,8	8,4	9,0
Rio Grande do Norte	77,9	16,9	5,2	33,4	31,7	16,7	18,2
Paraíba	66,6	19,7	13,7	27,8	24,4	21,0	26,8
Pernambuco	65,0	8,6	26,4	32,0	24,4	11,2	32,4
Alagoas	10,5	1,4	88,1	5,3	4,2	1,7	88,8
Sergipe	72,0	9,5	18,5	37,8	26,6	11,0	24,6
Bahia	81,0	7,5	11,5	42,6	29,1	11,4	16,9
Sudeste	85,2	3,1	11,7	51,0	30,9	3,7	14,5
Minas Gerais	90,7	4,7	4,6	55,6	32,4	3,7	8,3
Espírito Santo	79,9	1,4	18,7	53,4	23,6	2,9	20,1
Rio de Janeiro	89,3	2,6	8,1	52,9	31,9	4,6	10,6
São Paulo	80,6	2,5	16,9	47,1	30,2	3,3	19,4
Sul	71,2	2,4	26,5	42,4	24,7	3,6	29,3
Paraná	89,9	3,1	7,0	56,7	28,7	5,0	9,6
Santa Catarina	0,6	0,0	99,4	0,3	0,2	0,1	99,4
Rio Grande do Sul	90,6	2,9	6,5	50,5	34,4	4,1	11,0
Centro Oeste	86,4	3,2	10,5	53,8	29,2	3,7	13,3
Mato Grosso do Sul	92,0	0,6	7,4	59,9	28,3	2,4	9,4
Mato Grosso	86,3	3,1	10,6	49,5	32,3	4,1	14,1
Goiás	82,3	4,4	13,2	53,6	25,9	4,2	16,4
Distrito Federal	95,5	1,8	2,7	55,4	38,0	2,3	4,3

Fonte: INEP/MEC, microdados Prova Brasil

Tabulações: LAESER/IE/UFRJ

Em 2003, a Lei 10.639 tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira e incluiu no calendário escolar o “Dia Nacional da Consciência Negra”. A Lei 11.645/08 estendeu a obrigatoriedade para a História e Cultura Indígena, entendendo que negros e índios convivem com problemas de natureza semelhante. Desta maneira, a Lei viria a ser uma ferramenta para superar a ideologia de reprodução dos mecanismos de dominação racial na escola, a partir da alteração no currículo escolar.

O acompanhamento da implantação da Lei 11.645/08 era tarefa difícil de ser realizada devido à falta de informações estatísticas correspondentes nas bases de dados oficiais produzidas pelo MEC. Mas, a partir de 2009, foram introduzidas duas perguntas no questionário socioeconômico a ser preenchido pelos diretores das escolas que participaram da Prova Brasil, a saber: i) “Você tem conhecimento do conteúdo da Lei 11.645 de 2008 que determina a obrigatoriedade do estudo da temática “história e cultura afro-brasileira e indígena”

nos estabelecimentos de ensino do país?"; e ii) "Neste ano, foram desenvolvidas atividades para atender o determinado pela Lei 11.645 de 2008 nesta escola?".

Antes de proceder à análise das respostas, importa tecermos algumas considerações acerca da qualidade da base de dados utilizada. Do total das 58.374 escolas identificadas na Prova Brasil 2009, 17,1% não continham resposta válida sobre o conhecimento da Lei 11.645 por parte do diretor, e 22,3% não responderam, nem afirmativa, nem negativamente, sobre o desenvolvimento de ações voltadas à aplicação da mesma lei naquele ano. Desagregando pela rede de ensino, verifica-se uma maior proporção de não respostas nas escolas federais, seguidas pelas municipais e estaduais. Entre as Grandes Regiões brasileiras, a que apresentava o maior percentual de missing era a região Sul.

No que tange ao conhecimento da Lei 11.645/2008, 76,1% dos diretores das escolas públicas brasileiras responderam conhecer a Lei, o equivalente a 44.430 escolas públicas brasileiras do ensino fundamental. Os diretores das escolas públicas estaduais declararam um maior conhecimento da lei, igual a 81,5%. O mesmo indicador era de 75,6% entre os gestores das escolas federais, e de 72,8% entre os gestores das escolas públicas municipais.

Desagregando pelas Grandes Regiões, em 2009, o maior conhecimento da Lei era informado pelos diretores do Centro Oeste (86,4%), seguido pelo Sudeste (85,2%), o Sul (71,2%) e o Nordeste (70,4%). Naquele mesmo ano, apenas 65,7% dos gestores das instituições públicas de ensino da região Norte conhecia a Lei 11.645/2008.

Um ranking entre as unidades da Federação apresentava nas primeiras posições, em ordem decrescente: Distrito Federal (95,5%); Mato Grosso do Sul (92,0%); Minas Gerais (90,7%); Rio Grande do Sul (90,6%); Ceará (90,0%); Paraná (89,9%); Rio de Janeiro (89,3%). Dois estados com uma grande presença afrodescendente, Bahia (81,0%) e Maranhão (68,3%), encontravam-se apenas na décima e décima sétima posição, respectivamente.

Em relação às atividades de implementação, 69,7% das escolas do país desenvolveram ações relacionadas à Lei 11.645/2008. Em 24.950 escolas do país, foram desenvolvidas ações de forma sistêmica,

correspondendo a 42,7% dos estabelecimentos. Já em 27,0% das escolas (15.765 estabelecimentos de ensino), foram realizadas atividades isoladas.

Desagregando pela rede de ensino, verifica-se que o percentual de escolas que adotaram algumas ações, seja de forma sistemática ou isolada, foi de 77,4% entre as escolas estaduais; 68,3% entre as escolas federais; e 65,0% entre as escolas municipais.

Apenas no Centro Oeste e no Sudeste, mais da metade das escolas desenvolviam de forma abrangente atividades voltadas à aplicação da Lei 11.645/2008. No Norte, esse indicador era igual a 32,5%. Somando as ações sistêmicas ou não, 83,0% das escolas do Centro Oeste incorporaram a Lei em suas atividades educacionais. A seguir, vinha o Sudeste (81,9%); o Sul (67,1%); o Nordeste (60,2%); e o Norte (56,4%).

Assim, uma análise da aplicação da Lei 11.645/2008 a partir dos microdados da Prova Brasil 2009 permite concluir que, apesar de não ser insignificante, o número de escolas que aplicam a lei é ainda razoavelmente baixo. Apenas sete em cada dez escolas públicas do ensino fundamental estariam adotando ações voltadas ao cumprimento da lei, sejam elas de natureza sistemática ou isolada.

Considerando que as que adotavam a Lei de forma sistemática, em 2009, não formavam nem metade das escolas do país, pode-se considerar que a Lei 11.645/2008 ainda terá um longo caminho a percorrer no que tange a sua efetivação.

É igualmente preocupante o fato que nas escolas do Norte e Nordeste, onde se concentra uma grande proporção da população afrobrasileira e indígena do país, o atendimento da normativa esteja caminhando em passos ainda mais lentos.

3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela I)

Com a conclusão do ano de 2012, o rendimento médio habitualmente recebido pela PEA total ocupada de ambos os sexos nas seis RMs pesquisadas alcançou o valor de R\$ 1.804,97. Em relação a dezembro de 2011, houve um aumento real da renda da PEA total de 3,2%, mas foi registrada uma queda em comparação ao rendimento de novembro de 2012, igual a 0,95%.

O rendimento médio habitual da PEA branca foi igual a R\$ 2.259,74 no mês de dezembro de 2012, enquanto o da PEA preta & parda foi de R\$ 1.278,35. Comparativamente a dezembro de 2011, o crescimento do rendimento foi ligeiramente maior para os pretos & pardos, com aumento real de 4,3%, do que para os brancos (3,5%). Com isso a desigualdade de renda entre brancos e pretos & pardos passou para 76,8%, em dezembro de 2012; contra 78,2%, em dezembro de 2011. Ou seja, no segundo ano do mandato da Presidenta Dilma Rousseff, as assimetrias nos rendimentos entre a PEA branca e preta & parda das seis maiores RMs brasileiras se reduziram em 1,4 ponto percentual.

Em relação a novembro de 2012, os rendimentos dos trabalhadores brancos se reduziram em 0,6%, já os dos pretos & pardos se mantiveram estáveis, registrando uma queda de 0,1%. Entre novembro e dezembro de 2012, as desigualdades na renda de brancos e pretos & pardos se reduziram em 0,8 ponto percentual.

Para a PEA branca do sexo masculino, o rendimento médio habitual ficou em R\$ 2.633,28, já para a PEA preta & parda foi igual a R\$ 1.460,54. O crescimento da renda em comparação a dezembro de 2011 foi de 4,8% e 5,1%, respectivamente.

Dessa forma, a assimetria nos rendimentos auferidos pelos dois grupos foi de 80,2%, em favor da PEA branca. Esse valor era quase idêntico ao de dezembro de 2011, quando as desigualdades entre trabalhadores masculinos brancos e pretos & pardos alcançavam 80,8%.

Comparativamente a novembro de 2012, a renda da PEA masculina branca se reduziu em 0,2%, enquanto a da PEA masculina preta & parda registrou queda de 0,1%. Desse modo, as assimetrias entre os dois grupos ficaram estáveis entre os últimos dois meses da série, se reduzindo em apenas 0,1 ponto percentual.

Já para a PEA feminina, em dezembro de 2012, o rendimento médio habitual da população branca, foi de R\$ 1.849,16. O das mulheres pretas & pardas foi de R\$ 1.055,73. Em relação ao mesmo período de 2011, os ganhos foram de 2,3% nos rendimentos da PEA feminina branca e de 4,0% para a PEA preta & parda feminina. Assim, em função de um aumento dos rendimentos das mulheres brancas inferior à média, a assimetria de renda entre a PEA do sexo feminino branca e preta & parda se reduziu em 2,9 pontos percentuais, passando de 78,1% para 75,2%.

Em relação a novembro de 2012, os rendimentos das mulheres brancas se reduziram em 0,8%, ao passo que os da PEA feminina preta & parda ficaram imutados, fazendo com que houvesse uma queda nas assimetrias dos rendimentos das brancas e pretas & pardas igual a 1,3 ponto percentual.

Em dezembro de 2012, a desigualdade nos rendimentos de homens brancos e mulheres pretas & pardas aumentou para 149,4%. Em dezembro de 2011, esse valor era de 147,6%. Já no último mês da série, as mulheres brancas auferiam rendimentos 26,6% superiores aos dos homens pretos & pardos. Em dezembro de 2011, a diferença era de 30,1%.

Dos dados da série de 2012, pode-se concluir que não houve redução expressiva na desigualdade de renda entre brancos e pretos & pardos ao longo do último ano. A queda de apenas 1,4 ponto percentual entre as rendas da PEA branca e preta & parda parece capturar mais movimentos conjunturais do que alterações estruturais nos padrões de rendimento.

De qualquer forma, vale ressaltar que, mesmo em ano de crescimento baixíssimo e de redução dos investimentos, os rendimentos médios registraram um crescimento real, mesmo que modesto. Em parte, isso se deve à indexação do salário mínimo - que provocou fortes aumentos nominais em parte do mercado de trabalho brasileiro, e à baixa oferta de mão-de-obra, por conta de um número menor de ingressantes na PEA.

Por outro lado, é curioso observar (nas Tabelas VII e VIII) que os aumentos reais de rendimentos foram oriundos de setores com um desempenho econômico abaixo da média no ano de 2012, como o Comércio, a Indústria e os Serviços Financeiros, e não das áreas com maior crescimento e dinamismo, como a Construção Civil e Outros Serviços.

4. Evolução da taxa de desemprego aberto (tabela II)

Em dezembro de 2012, a taxa de desemprego da PEA total residente nas seis RMs pesquisadas ficou em 4,6%. Essa foi a menor taxa desde o início da série histórica da PME pela nova metodologia, em março de 2002. Em relação ao mesmo período do ano anterior, quando essa taxa foi de 4,7%, houve uma leve diferença. Comparativamente a novembro de 2012, a

queda foi de 0,3 ponto percentual.

Para a PEA branca, a taxa de desemprego foi de 4,0% em dezembro de 2012, nível superior ao de dezembro de 2011, quando era de 3,9%. Já para a PEA preta & parda, houve uma redução da taxa de desemprego no mesmo período, passando de 5,7% para 5,3%.

Comparativamente a novembro de 2012, a taxa de desemprego da PEA branca se reduziu em 0,3 ponto percentual. A queda na taxa da PEA preta & parda foi da mesma magnitude.

No caso da PEA masculina, observa-se um comportamento contrastante com o da PEA no seu conjunto. Assim, a taxa de desemprego da PEA masculina branca se elevou em 0,1 ponto percentual, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012, ficando no último mês da série em 3,4%. No mesmo período, a taxa de desemprego da PEA masculina preta & parda registrou uma variação positiva de 0,3 ponto percentual, atingindo 4,5% no final do ano de 2012.

Em relação a novembro de 2012, a taxa de desemprego dos trabalhadores homens brancos se reduziu em 0,2 ponto percentual, enquanto a dos homens pretos & pardos ficou inalterada.

Na PEA feminina branca, a redução da taxa de desemprego foi pequena no ano de 2012, passando de 4,7%, em dezembro de 2011, para 4,6%, em dezembro de 2012. Em comparação a novembro de 2012, a redução foi mais expressiva, em 0,4 ponto percentual.

No ano de 2012, observa-se uma redução expressiva da taxa de desemprego da PEA preta & parda de sexo feminino, na magnitude de 1,2 ponto percentual. Dessa forma, em dezembro de 2012, o índice ficou em 6,3%, nível mais baixo alcançado na série histórica da PME pelo grupo de mulheres pretas & pardas. Em relação a novembro de 2012, a queda na taxa de desemprego foi de 0,7 ponto percentual.

O ano de 2012 terminou com taxas muito baixas de desemprego em relação à média histórica do país. Para a PEA total de ambos os sexos residentes nas seis maiores RMs, a taxa anual média de desemprego se reduziu de 6%, em 2011, para 5,5%, em 2012. A taxa de desemprego da PEA branca passou de 5%, em 2011, para 4,7%, em 2012. Já o índice para a PEA preta & parda se reduziu de 7,1%, em 2011, para 6,4%, em 2012.

A redução da taxa de desemprego no segundo ano de governo Dilma Rousseff se deu em um cenário bastante improvável, de baixíssimo crescimento, redução dos investimentos e um nível igualmente baixo de criação de vagas no setor formal.

Embora as desigualdades nos rendimentos dos grupos brancos e pretos & pardos tenham recuado pouco em 2012, a redução das taxas de desemprego, particularmente para as mulheres pretas & pardas, é uma importante conquista no que tange à redução das desigualdades e combate à pobreza. Contudo, a manutenção de baixos níveis de desemprego no longo prazo é incerta, já que depende de um crescimento sustentável da economia brasileira.

5. Evolução do rendimento por posição na ocupação (tabelas IX e X)

Nesta sessão, é analisada a evolução do rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, residente nas seis maiores RMs, desagregada por posição na ocupação, sexo e grupos de cor ou raça. O período de comparação compreende dezembro de 2011 e dezembro de 2012.

Observa-se que a PEA ocupada no emprego doméstico com carteira assinada teve, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012, um aumento real de rendimento igual a 10,1%, chegando a R\$ 880,86, no último mês da série.

Os empregados domésticos brancos com carteira obtiveram aumento de 7%, registrando rendimento médio de R\$ 895,94, em dezembro de 2012. Já os pretos & pardos tiveram um incremento de 12,5%, atingindo, em dezembro de 2012, um rendimento médio de R\$ 871,40.

Dessa maneira, as desigualdades de renda entre a PEA branca e preta & parda ocupada no emprego doméstico com carteira assinada caíram de 8,0%, em dezembro de 2011, para 2,8%, em dezembro de 2012, favoravelmente aos brancos. Entre os trabalhadores de sexo masculino nessa posição ocupacional, as assimetrias caíram de 26,7% para 3,8%. Entre as empregadas domésticas com carteira brancas e as pretas & pardas, as desigualdades nos rendimentos passaram de 6,3% para 1,5%.

Contrasta o comportamento dos rendimentos da PEA ocupada no emprego doméstico com carteira e o dos empregados domésticos sem carteira. Nessa posição

na ocupação, os rendimentos médios subiram apenas 4,2% para a PEA total, 8,9% para a PEA branca e somente 2,1% para a PEA preta & parda.

Dessa forma, entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012, na PEA ocupada no emprego doméstico sem carteira, as assimetrias de cor ou raça passaram de 9,5% para 16,7%, favoravelmente aos brancos.

No período analisado, os empregados com carteira assinada no setor privado obtiveram ganhos reais de renda de somente 1,9%. O valor médio dos rendimentos da PEA total subiu de R\$ 1.621,45 para R\$ 1.651,83.

O rendimento médio dos empregados com carteira brancos aumentou somente 0,5% entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012. Para os homens brancos, a variação positiva foi de 1,6%. Já as mulheres brancas registraram uma variação negativa de 0,6%.

Os rendimentos dos empregados com carteira pretos & pardos se elevaram em 6,2% no período considerado. A PEA masculina obteve o maior aumento (de 8,3%), enquanto a PEA feminina preta & parda elevou sua renda em 3,7%.

Em dezembro de 2012, a PEA branca ocupada com carteira no setor privado alcançou um rendimento médio igual a R\$ 2.003,09. O mesmo valor para a PEA preta & parda foi de R\$ 1.246,11. Assim, no período considerado, a diferença de rendimentos se reduziu de 69,8% para 60,7%, sempre favoravelmente à população branca.

O aumento de rendimento obtido pela PEA ocupada no setor privado sem carteira foi superior ao dos trabalhadores com carteira. A PEA total obteve um aumento real de 11,5%, no período entre dezembro de 2011 e dezembro 2012.

A PEA branca do sexo feminino foi a mais favorecida, com um aumento de rendimento de 22,2%. Para os homens brancos, a variação foi de 12,1%. Os ocupados no setor privado sem carteira de ambos os sexos tiveram uma elevação nos rendimento igual a 14,6%.

Para a PEA preta & parda de ambos os性os, a variação positiva foi de 6,5%. O aumento foi de 4,3% para os homens pretos & pardos, e 10,4% para as mulheres do

mesmo grupo de cor ou raça.

O aumento bem mais acelerado dos rendimentos da PEA branca nessa posição na ocupação determinou uma elevação expressiva das desigualdades de renda, que passaram de 72,7%, em dezembro de 2011, para 85,8%, em dezembro de 2012.

As assimetrias nos rendimentos das mulheres brancas e pretas & pardas eram de 78,4%, em dezembro de 2012. Entre os homens, as desigualdades eram de 97,1%, favoravelmente aos brancos.

Os empregados com carteira assinada e sem carteira no setor público tiveram, respectivamente, o pior e o melhor desempenho no ano. Entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012, houve redução do rendimento médio de 6,3% dos empregados no setor público com carteira. Já os sem carteiras empregados no setor público registraram um aumento de 21,1%.

No caso do setor público sem carteira, os rendimentos da PEA branca se elevaram, na média, em 10,2%, enquanto os da PEA preta & parda aumentaram 44,1%².

No setor público com carteira assinada houve redução real nos rendimentos de 7,2% para a PEA branca, mas leve aumento de 2,3% para a PEA preta & parda. Em função da queda dos salários da PEA branca, as desigualdades de rendimento entre os dos grupos se reduziram em 17,8 pontos percentuais, passando para 75,1% em dezembro de 2012.

Na PEA ocupada nessa posição ocupacional de sexo masculino, os rendimentos se reduziram em 2,0%, no caso dos brancos, e em 1,4%, no caso dos pretos & pardos. Entre as mulheres ocupadas no setor público com carteira, as brancas experimentaram uma queda nos rendimentos igual a 11,6%. Já as pretas & pardas elevaram seus rendimentos em 7,7%.

Os funcionários públicos e militares aumentaram seus rendimentos em 4,6% entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012.

Para a PEA branca, os rendimentos médios cresceram 9,5%. Já para a PEA preta & parda, houve uma redução real de 8,2% nos rendimentos. Com isso, a renda média

² Devido às variações excessivas que podem ocorrer em função da pequena amostra para o grupo, é prudente usar com cautela os dados da PEA ocupada no setor público sem carteira desagregada pelos grupos de cor ou raça e sexo.

dos funcionários públicos e militares brancos alcançou R\$ 3.759,14, em dezembro de 2012. Já os rendimentos dos ocupados pretos & pardos no mesmo setor, em dezembro de 2012, foram iguais a R\$ 2.381,01. Assim a desigualdade de renda aumentou de 32,4% para 57,9% nessa posição na ocupação.

Entre os funcionários públicos e militares de sexo masculino, os brancos elevaram seus rendimentos em 12,9%, enquanto os pretos & pardos experimentaram uma queda de 7,8%. Entre as ocupadas de sexo feminino, as brancas também aumentaram suas rendas em 7,6%. Já as funcionárias públicas e militares pretas & pardas reduziram suas rendas em 8,2%.

Os trabalhadores por conta própria obtiveram aumento nos rendimentos de somente 2,6%. Para a PEA branca, o aumento foi de 2,5%. Para os conta própria pretos & pardos, a elevação foi de 4,8%. Dessa forma, a desigualdade de renda se reduziu levemente: de 74,3% para 70,4%.

Na PEA de sexo masculino, o aumento foi de 6,0% para os brancos; e de 4,6% entre os pretos & pardos. Já no caso da PEA de sexo feminino, o rendimento das trabalhadoras por conta própria brancas sofreu uma queda de 3,6%, enquanto o das pretas & pardas se elevou em 5,4%. Entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012, as assimetrias nos rendimentos da PEA de sexo masculino branca e preta & parda se elevaram de 65,3% para 67,4%. No caso da PEA de sexo feminino, as desigualdades passaram de 98,1% para 81,2%.

Os empregadores tiveram um saldo ruim no ano de 2012, com queda nos rendimentos de 1,6% entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012. No entanto, os empregadores brancos elevaram seus rendimentos em 2,6%. Já os empregadores pretos & pardos registraram uma queda de 5,6%. Dessa forma, as desigualdades de renda entre os empregadores brancos e pretos & pardos aumentaram 13,2 pontos percentuais no último ano, chegando a 73,4%, em dezembro de 2012.

Dentro da PEA branca, houve aumento de 4,3% nos rendimentos dos empregadores homens e queda de 3,6% para as mulheres. Na PEA preta & parda, houve redução nos rendimentos de 2,9% para homens, e de 9,9% para mulheres. A desigualdade de rendimento entre os empregadores brancos e pretos & pardos se elevou para 78,5%, em dezembro de 2012. O hiato era de 58,9%, em favor das brancas, no caso das empregadoras.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Prof. Marcelo Paixão, Irene Rossetto, Guilherme Câmara e Danielle Oliveira

Colaboradoras

Elisa Monçores
Irene Rossetto

Bolsistas de iniciação científica

Guilherme Câmara
Hugo Saramago

Revisão de texto e copidesque

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração

Erlan Carvalho

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral (licenciado para pós-doutorado, Universidade de Princeton, bolsa Capes)

Prof. Marcelo Paixão

Pesquisadores Assistentes

Ana Thereza Carvalho Costa
Prof. Cleber Lázaro Julião Costa
Elaine Carvalho
Prof. Marildo Menegat
Sandra Machado

Colaboradores

Prof.^a Azoilda Loretto
Elisa Alonso Monçores
Irene Rossetto Giaccherino
Prof. José Jairo Vieira

Bolsistas de iniciação científica

Andressa Evellyn Oliveira (PIBIC – FAPESB)
Danielle Oliveira (Fundação Ford)
Guilherme Câmara (Fundação Ford)
Hugo Saramago (PIBIC – CNPq – UFRJ)
Iuri Viana (PIBIC–CNPq – UFRJ)

Secretaria

Luisa Maciel

Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

Tabela I. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 11 – dez / 12 (em R\$, dez / 12 - INPC)

2011		2012											
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Homens Brancos	2.512,38	2.515,67	2.581,70	2.631,51	2.561,94	2.544,70	2.558,67	2.512,27	2.563,45	2.608,80	2.621,11	2.638,77	2.633,28
Mulheres Brancas	1.807,21	1.814,41	1.816,79	1.848,89	1.835,19	1.845,29	1.843,64	1.827,87	1.869,08	1.844,51	1.831,71	1.863,20	1.849,16
Brancos	2.183,35	2.190,82	2.228,61	2.270,74	2.228,87	2.224,53	2.228,47	2.196,09	2.244,61	2.252,26	2.248,38	2.273,27	2.259,74
Homens Pretos & Pardos	1.389,48	1.413,98	1.400,80	1.404,12	1.374,80	1.365,16	1.403,96	1.414,43	1.443,49	1.460,98	1.467,03	1.462,54	1.460,54
Mulheres Pretas & Pardas	1.014,88	1.054,02	1.060,72	1.059,37	1.047,43	1.043,53	1.042,86	1.022,77	1.039,68	1.037,64	1.052,50	1.055,86	1.055,73
Pretos & Pardos	1.225,30	1.256,72	1.251,34	1.252,12	1.229,19	1.221,30	1.244,41	1.240,58	1.263,94	1.272,13	1.281,61	1.279,79	1.278,35
PEA Total	1.749,51	1.761,13	1.781,82	1.810,42	1.788,99	1.786,66	1.794,00	1.766,55	1.800,54	1.802,86	1.807,89	1.822,20	1.804,97

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela II. Taxa de desemprego aberto da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 11 – dez / 12 (em % da PEA total)

2011		2012											
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Homens Brancos	3,3	3,6	4,4	4,5	4,1	3,9	4,0	3,8	3,7	3,7	3,5	3,6	3,4
Mulheres Brancas	4,7	5,6	6,2	6,5	6,6	6,3	5,8	5,4	5,3	5,8	5,7	5,0	4,6
Brancos	3,9	4,6	5,2	5,4	5,3	5,0	4,9	4,6	4,4	4,7	4,5	4,3	4,0
Homens Pretos & Pardos	4,2	5,1	4,9	5,6	5,3	5,1	5,6	5,0	4,7	4,9	4,8	4,5	4,5
Mulheres Pretas & Pardas	7,5	8,6	8,2	9,2	9,2	8,6	8,7	7,9	8,3	7,8	7,8	7,0	6,3
Pretos & Pardos	5,7	6,6	6,4	7,2	7,0	6,7	7,0	6,4	6,3	6,2	6,2	5,6	5,3
PEA Total	4,7	5,5	5,7	6,2	6,0	5,8	5,9	5,4	5,3	5,4	5,3	4,9	4,6

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela III. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, dez / 11 (em R\$, dez / 12 - INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	2.046,14	3.395,54	2.892,08	2.770,02	2.476,55	1.955,96
Mulheres Brancas	1.431,27	2.313,94	1.658,17	2.020,96	1.840,36	1.434,54
Brancos	1.758,01	2.893,49	2.284,00	2.426,78	2.178,73	1.716,79
Homens Pretos & Pardos	1.117,13	1.478,13	1.497,06	1.475,99	1.340,40	1.194,01
Mulheres Pretas & Pardas	846,70	1.140,31	989,67	1.047,96	1.008,20	916,69
Pretos & Pardos	998,33	1.322,10	1.270,19	1.294,93	1.196,48	1.062,91
PEA Total	1.237,46	1.570,02	1.671,46	1.864,77	1.838,47	1.628,08

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela IV. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, dez / 12 (em R\$, dez / 12 - INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	2.123,47	3.427,53	3.231,43	2.842,74	2.640,98	1.972,76
Mulheres Brancas	1.531,85	2.394,67	1.831,25	2.171,19	1.800,47	1.534,94
Brancos	1.830,06	2.898,61	2.535,01	2.528,42	2.239,88	1.770,54
Homens Pretos & Pardos	1.183,75	1.436,79	1.529,23	1.490,87	1.496,32	1.407,76
Mulheres Pretas & Pardas	922,55	998,82	1.027,48	1.094,95	1.096,56	1.069,46
Pretos & Pardos	1.070,01	1.227,23	1.306,05	1.318,89	1.314,49	1.247,39
PEA Total	1.335,19	1.499,22	1.784,91	1.900,76	1.906,64	1.702,62

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela V. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, dez / 11 (em % da PEA total)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	3,4	3,2	3,0	2,9	3,7	2,5
Mulheres Brancas	6,5	5,7	4,2	5,9	4,4	3,1
Brancos	4,9	4,4	3,6	4,3	4,0	2,8
Homens Pretos & Pardos	3,5	6,0	3,5	3,9	4,3	3,3
Mulheres Pretas & Pardas	5,9	10,8	4,4	7,7	7,6	7,2
Pretos & Pardos	4,5	8,3	3,9	5,6	5,8	5,2
PEA Total	4,7	7,7	3,8	4,9	4,7	3,1

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VI. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, dez / 12 (em % da PEA)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	4,8	4,6	2,7	3,1	3,8	2,4
Mulheres Brancas	5,4	5,1	4,4	3,8	5,1	3,4
Brancos	5,1	4,8	3,5	3,4	4,4	2,9
Homens Pretos & Pardos	5,2	3,9	3,4	3,7	5,6	3,2
Mulheres Pretas & Pardas	6,7	7,8	3,7	5,6	7,3	4,4
Pretos & Pardos	5,9	5,8	3,5	4,5	6,4	3,8
PEA Total	5,6	5,7	3,5	4,0	5,2	3,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por ramo de atividade, Brasil, dez / 11 (em R\$, dez / 12 - INPC)

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços Financeiros	Administração Pública	Serviços Domésticos	Outros Serviços
Homens Brancos	2.493,56	2.253,32	1.839,85	3.129,02	3.508,01	1.261,31	2.173,71
Mulheres Brancas	1.744,45	1.819,56	1.276,56	2.419,42	2.393,52	703,71	1.578,06
Brancos	2.214,80	2.210,81	1.591,73	2.818,89	2.780,35	731,18	1.925,87
Homens Pretos & Pardos	1.476,02	1.098,79	1.164,70	1.451,32	2.318,85	888,42	1.346,17
Mulheres Pretas & Pardas	964,36	1.338,54	863,93	1.134,12	1.561,37	655,45	907,21
Pretos & Pardos	1.299,30	1.107,40	1.039,31	1.330,01	1.847,98	666,43	1.160,96
PEA Total	1.829,15	1.556,42	1.342,34	2.229,35	2.414,12	691,67	1.569,19

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VIII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por ramo de atividade, Brasil, dez / 12 (em R\$, dez / 12 - INPC)

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços Financeiros	Administração Pública	Serviços Domésticos	Outros Serviços
Homens Brancos	2.556,98	2.043,90	2.028,22	3.445,98	3.854,06	1.135,87	2.087,09
Mulheres Brancas	1.674,94	2.210,99	1.339,40	2.370,67	2.465,08	769,58	1.590,97
Brancos	2.219,69	2.059,45	1.713,59	2.969,83	2.929,99	791,06	1.873,17
Homens Pretos & Pardos	1.581,53	1.171,80	1.249,60	1.578,79	2.177,78	910,58	1.431,00
Mulheres Pretas & Pardas	1.044,72	1.677,44	914,95	1.252,47	1.489,55	698,33	936,71
Pretos & Pardos	1.396,45	1.196,67	1.101,47	1.448,55	1.745,80	707,56	1.216,80
PEA Total	1.870,18	1.547,80	1.419,91	2.372,89	2.468,05	737,91	1.545,95

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela IX. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMS desagregada por posição na ocupação, Brasil, dez / 11 (em R\$, dez / 12 - INPC)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador
Homens Brancos	1.172,83	1.404,87	2.189,37	1.689,78	3.976,14	2.101,22	3.983,13	2.045,13	5.614,24
Mulheres Brancas	810,07	632,89	1.741,66	1.165,59	2.793,88	1.434,33	3.010,12	1.577,85	4.314,02
Brancos	837,01	657,49	1.993,17	1.460,15	3.306,26	1.701,39	3.434,13	1.855,26	5.197,49
Homens Pretos & Pardos	925,63	824,06	1.251,04	921,98	2.036,69	1.078,24	2.973,74	1.237,31	3.376,65
Mulheres Pretas & Pardas	761,90	594,32	1.041,78	722,77	1.407,53	1.026,20	2.185,71	796,59	2.902,18
Pretos & Pardos	774,86	600,69	1.173,67	845,52	1.714,15	1.045,55	2.592,93	1.064,60	3.244,87
PEA Total	800,26	622,21	1.621,45	1.173,70	2.664,04	1.398,11	3.092,57	1.487,39	4.689,04

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela X. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMS desagregada por posição na ocupação, Brasil, dez / 12 (em R\$, dez / 12 - INPC)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador
Homens Brancos	1.158,81	1.092,63	2.224,45	1.894,23	3.897,70	2.457,40	4.496,31	2.167,21	5.853,05
Mulheres Brancas	869,37	702,29	1.732,00	1.423,92	2.469,74	1.490,64	3.240,19	1.521,72	4.156,68
Brancos	895,94	715,91	2.003,09	1.672,89	3.069,71	1.875,44	3.759,14	1.901,88	5.332,17
Homens Pretos & Pardos	1.116,31	716,16	1.354,92	961,29	2.008,31	1.803,88	2.742,44	1.294,66	3.278,62
Mulheres Pretas & Pardas	856,37	609,54	1.080,60	797,98	1.515,93	1.305,65	2.007,11	839,91	2.615,62
Pretos & Pardos	871,4	613,29	1.246,11	900,4	1.752,91	1.506,71	2.381,01	1.116,15	3.074,45
PEA Total	880,86	648,64	1.651,83	1.308,19	2.495,35	1.693,43	3.233,52	1.526,68	4.612,18

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XI. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMS desagregada por faixas de escolaridade, Brasil, dez / 11 (em R\$, dez / 12 - INPC)

	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 ou mais anos de estudo
Homens Brancos	909,84	1.181,89	1.276,93	1.334,23	3.123,99
Mulheres Brancas	656,53	746,69	747,86	910,37	2.183,03
Brancos	796,42	1.005,17	1.050,28	1.159,68	2.665,54
Homens Pretos & Pardos	869,21	929,48	1.034,80	1.083,37	1.759,01
Mulheres Pretas & Pardas	556,97	604,87	646,34	744,43	1.270,56
Pretos & Pardos	750,46	801,58	883,46	945,16	1.526,78
PEA Total	766,19	878,04	953,55	1.042,50	2.230,29

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por faixas de escolaridade, Brasil, dez / 12 (em R\$, dez / 12 - INPC)

	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 ou mais anos de estudo
Homens Brancos	906,80	1.083,72	1.341,61	1.372,86	3.279,28
Mulheres Brancas	700,07	738,26	885,07	881,83	2.194,04
Brancos	829,16	952,99	1.151,02	1.163,22	2.735,46
Homens Pretos & Pardos	924,22	960,88	1.072,91	1.132,17	1.834,48
Mulheres Pretas & Pardas	602,57	665,81	693,26	787,87	1.290,03
Pretos & Pardos	783,18	838,17	918,85	993,41	1.569,13
PEA Total	799,06	881,93	1.011,91	1.067,38	2.274,71

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIII. Composição da massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos recebida pela PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 11 e dez / 12 (em %)

	2011	2012	Variação da massa real
Homens Brancos	40,5	39,5	-2,5
Mulheres Brancas	25,6	25,2	-1,6
Brancos	66,1	64,8	-2,0
Homens Pretos & Pardos	20,4	20,9	2,5
Mulheres Pretas & Pardas	11,8	12,5	5,9
Pretos & Pardos	32,2	33,4	3,7
PEA Total	100,0	100,0	-

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: Massa de rendimento deflacionada para R\$ dez / 12 - INPC

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIV. Distribuição da PEA desempregada residente nas seis maiores RMs, por tempo de duração da procura por emprego, Brasil, dez / 11 (em % PEA desempregada)

	Até 30 dias	De 1 a 6 meses	De 7 a 11 meses	De 12 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Homens Brancos	20,8	50,0	12,7	11,4	5,2	100,0
Mulheres Brancas	24,6	52,3	7,9	8,7	6,5	100,0
Brancos	22,9	51,3	10,0	9,9	5,9	100,0
Homens Pretos & Pardos	26,7	50,4	6,1	10,2	6,6	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	22,6	47,8	9,2	12,3	8,1	100,0
Pretos & Pardos	24,3	48,9	7,9	11,4	7,5	100,0
PEA Total	23,5	49,9	8,8	11,0	6,8	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XV. Distribuição da PEA desempregada residente nas seis maiores RMs, por tempo de duração da procura por emprego, Brasil, dez / 12 (em % PEA desempregada)

	Até 30 dias	De 1 a 6 meses	De 7 a 11 meses	De 12 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Homens Brancos	29,7	49,9	8,4	4,7	7,3	100,0
Mulheres Brancas	23,7	49,8	9,4	10,2	6,8	100,0
Brancos	26,4	49,8	9,0	7,7	7,1	100,0
Homens Pretos & Pardos	28,4	52,5	5,7	9,0	4,4	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	24,1	51,2	8,5	8,6	7,7	100,0
Pretos & Pardos	26,0	51,8	7,2	8,8	6,2	100,0
PEA Total	26,4	50,7	7,9	8,4	6,5	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVI. Taxa de subocupação por falta de tempo de serviço em todos os trabalhos nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 11 e dez / 12 (em % da PEA ocupada)

	2011	2012	Variação
Homens Brancos	1,3	1,4	0,1
Mulheres Brancas	2,4	2,2	-0,2
Brancos	1,8	1,8	0,0
Homens Pretos & Pardos	1,7	1,8	0,1
Mulheres Pretas & Pardas	3,3	3,1	-0,2
Pretos & Pardos	2,4	2,3	-0,1
PEA Total	2,0	2,0	0,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVII. Taxa de subocupação por falta de remuneração em todos os trabalhos nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 11 e dez / 12 (em % da PEA ocupada)

	2011	2012	Variação
Homens Brancos	6,2	6,4	0,2
Mulheres Brancas	10,9	11,0	0,1
Brancos	8,4	8,6	0,2
Homens Pretos & Pardos	14,0	13,7	-0,3
Mulheres Pretas & Pardas	21,6	22,6	1,0
Pretos & Pardos	17,4	17,7	0,3
PEA Total	12,5	12,9	0,4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVIII. Distribuição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, dez / 11 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	0,3	0,2	51,9	10,8	1,6	0,9	6,9	19,6	7,5	0,2	100,0
Mulheres Brancas	4,1	6,1	46,0	9,8	2,4	1,6	10,1	15,2	4,0	0,6	100,0
Brancos	2,1	3,0	49,1	10,3	2,0	1,3	8,4	17,6	5,9	0,4	100,0
Homens Pretos & Pardos	0,5	0,3	55,6	12,2	1,4	0,8	6,1	19,8	3,2	0,2	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	7,0	12,3	41,6	9,8	1,9	1,7	7,3	16,2	1,6	0,6	100,0
Pretos & Pardos	3,4	5,5	49,4	11,1	1,6	1,2	6,6	18,2	2,5	0,3	100,0
PEA Total	2,6	4,2	49,2	10,7	1,8	1,2	7,6	17,9	4,4	0,4	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIX. Distribuição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, dez / 12 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	0,3	0,2	52,6	10,3	1,9	1,1	6,9	19,3	7,4	0,1	100,0
Mulheres Brancas	3,6	5,4	46,8	10,1	2,8	1,8	10,6	14,7	3,6	0,7	100,0
Brancos	1,9	2,7	49,8	10,2	2,3	1,4	8,7	17,1	5,5	0,4	100,0
Homens Pretos & Pardos	0,3	0,4	54,2	12,4	1,8	1,0	5,8	20,1	3,8	0,3	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	6,5	11,6	43,3	9,1	2,3	1,9	6,8	15,8	2,1	0,6	100,0
Pretos & Pardos	3,1	5,4	49,3	10,9	2,0	1,4	6,2	18,2	3,0	0,4	100,0
PEA Total	2,5	3,9	49,4	10,6	2,2	1,4	7,5	17,6	4,4	0,4	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XX. Composição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, dez / 11 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	3,1	1,3	29,6	28,3	25,0	21,0	25,6	30,8	47,9	16,1	28,1
Mulheres Brancas	38,1	36,5	23,2	22,5	32,5	33,2	33,2	21,1	22,6	41,0	24,8
Brancos	41,1	37,9	52,8	50,8	57,5	54,2	58,7	51,9	70,5	57,1	52,8
Homens Pretos & Pardos	4,6	1,7	29,3	29,4	19,8	16,6	21,0	28,6	19,0	11,8	25,9
Mulheres Pretas & Pardas	54,0	60,0	17,2	18,6	21,2	28,9	19,5	18,4	7,3	30,8	20,3
Pretos & Pardos	58,6	61,8	46,5	48,0	41,1	45,4	40,5	47,1	26,3	42,6	46,2
PEA Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXI. Composição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, dez / 12 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	3,7	1,2	28,6	26,2	23,3	20,7	24,7	29,4	44,8	6,9	26,9
Mulheres Brancas	36,2	33,5	23,4	23,7	31,8	30,8	35,0	20,5	19,9	40,0	24,7
Brancos	39,8	34,7	52,0	49,9	55,1	51,5	59,7	50,0	64,7	46,9	51,6
Homens Pretos & Pardos	3,5	2,4	28,5	30,6	21,1	19,0	20,0	29,6	22,3	17,4	26,0
Mulheres Pretas & Pardas	56,5	62,8	18,7	18,4	22,9	28,6	19,3	19,1	9,9	28,4	21,3
Pretos & Pardos	60,0	65,2	47,2	49,0	44,0	47,6	39,3	48,7	32,2	45,8	47,4
PEA Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXII. Taxa de desemprego por grupos de idade nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 11 (em % da PEA total)

	10 a 16 anos	17 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 64 anos	65 anos ou mais	Total
Homens Brancos	11,9	8,3	3,2	1,5	0,2	3,3
Mulheres Brancas	13,8	11,2	4,8	2,1	0,4	4,7
Brancos	12,8	9,6	4,0	1,7	0,3	3,9
Homens Pretos & Pardos	15,6	9,7	3,7	2,1	0,0	4,2
Mulheres Pretas & Pardas	31,4	17,2	7,2	3,2	1,1	7,5
Pretos & Pardos	22,8	12,9	5,3	2,6	0,5	5,7
PEA Total	18,0	11,3	4,6	2,1	0,3	4,7

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXIII. Taxa de desemprego por grupos de idade nas seis maiores RMs, Brasil, dez / 12 (em % da PEA total)

	10 a 16 anos	17 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 64 anos	65 anos ou mais	Total
Homens Brancos	8,4	9,4	2,9	1,8	1,9	3,4
Mulheres Brancas	12,6	10,5	4,1	2,7	0,9	4,6
Brancos	10,4	9,9	3,5	2,2	1,5	4,0
Homens Pretos & Pardos	18,8	10,3	4,0	2,2	0,3	4,5
Mulheres Pretas & Pardas	25,8	14,6	5,9	3,1	0,5	6,3
Pretos & Pardos	21,7	12,2	4,9	2,6	0,4	5,3
PEA Total	17,0	11,1	4,2	2,4	1,0	4,6

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXIV. Saldo de admissões (admitidos-desligados) no mercado de trabalho formal, Brasil, dez / 11 - dez / 12 (em número de trabalhadores)

2011		2012											
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Homens Brancos	-155.949	39.008	28.477	18.761	58.547	22.144	9.605	24.057	5.808	18.335	-5.976	-25.707	-182.746
Mulheres Brancas	-101.577	5.521	39.713	28.119	39.103	23.505	16.950	18.596	25.279	24.106	21.946	39.068	-110.310
Brancos	-257.526	44.529	68.190	46.880	97.650	45.649	26.555	42.653	31.087	42.441	15.970	13.361	-293.056
Homens Pretos & Pardos	-112.420	46.412	40.462	17.800	56.602	46.257	45.758	53.152	30.750	61.649	9.268	-21.788	-144.353
Mulheres Pretas & Pardas	-22.001	5.929	21.066	24.883	35.854	31.735	28.452	30.698	20.435	24.428	23.997	41.025	-32.105
Pretos & Pardos	-134.421	52.341	61.528	42.683	92.456	77.992	74.210	83.850	51.185	86.077	33.265	19.237	-176.458
PEA Total	-408.172	118.895	150.600	111.746	216.974	139.679	115.480	142.496	100.938	150.334	66.988	46.095	-496.944

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: MTE, microdados CAGED. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXV. Taxa de rotatividade no emprego com carteira assinada, Brasil, dez / 11 - dez / 12 (em %)

2011		2012											
	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Homens Brancos	36,59%	36,44%	36,24%	36,17%	35,92%	35,59%	35,38%	35,26%	35,19%	34,91%	34,93%	34,86%	34,99%
Mulheres Brancas	33,46%	33,52%	33,28%	33,23%	33,08%	32,78%	32,64%	32,54%	32,38%	32,12%	32,15%	31,97%	32,27%
Brancos	35,43%	35,36%	35,15%	35,08%	34,87%	34,55%	34,37%	34,26%	34,15%	33,87%	33,90%	33,78%	33,93%
Homens Pretos & Pardos	49,06%	48,91%	48,67%	48,91%	48,71%	48,29%	47,88%	47,68%	47,58%	46,98%	47,05%	47,23%	47,59%
Mulheres Pretas & Pardas	37,72%	37,25%	36,67%	36,20%	35,64%	34,80%	34,05%	33,51%	32,96%	32,17%	31,74%	31,70%	31,93%
Pretos & Pardos	45,52%	45,27%	44,91%	44,90%	44,56%	43,99%	43,48%	43,16%	42,90%	42,25%	42,14%	42,20%	42,80%
PEA Total	39,56%	39,51%	39,30%	39,32%	39,13%	38,79%	38,56%	38,43%	38,34%	37,99%	38,03%	37,96%	38,22%

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: São desconsiderados desligamentos voluntários, por transferências, aposentadorias ou por falecimento do trabalhador.

Fonte: MTE, microdados CAGED. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).